



Revista Brasileira de Sociologia

ISSN: 2317-8507

ISSN: 2318-0544

revbrasilsociologia@gmail.com

Sociedade Brasileira de Sociologia

Brasil

Guimarães, Iracema Brandão; Bógus, Lúcia Maria Machado; Carvalho, Inaiá Maria Moreira de  
Entre os Estudos Urbanos e a Sociologia Urbana  
Revista Brasileira de Sociologia, vol. 6, núm. 12, 2018, -, pp. 200-221  
Sociedade Brasileira de Sociologia  
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.240>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=595765252011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

UAEM [redalyc.org](http://redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

## Entre os Estudos Urbanos e a Sociologia Urbana

**Iracema Brandão Guimarães\***

**Lúcia Maria Machado Bógus\*\***

**Inaiá Maria Moreira de Carvalho\*\*\***

### Resumo

Este trabalho avalia a trajetória do Grupo de Trabalho sobre as questões urbanas da Sociedade Brasileira de Sociologia, discutindo a sua contribuição para o avanço científico da disciplina, os avanços do próprio Grupo e sua inserção no debate acadêmico nacional e internacional. Levando em conta a trajetória dos estudos urbanos no Brasil, a referida avaliação está baseada principalmente na análise dos estudos apresentados nos congressos da SBS e na observação direta das autoras, enquanto coordenadoras do Grupo. Essa análise permitiu identificar o leque de temas e os grandes eixos teórico-metodológicos, em que se inserem os referidos estudos, seus avanços e limitações, fundamentando algumas considerações e sugestões no sentido de uma maior contribuição do Grupo para o desenvolvimento da Sociologia Urbana do nosso país. Palavras-chave: Estudos Urbanos; Sociologia Urbana; Sociedade Brasileira de Sociologia.

---

\* Doutora em Sociologia. Professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora atual do grupo de trabalho.

\*\* Doutora em Arquitetura. Professora Titular do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora atual do grupo de trabalho.

\*\*\* Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da UCSal e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFBA. Ex-coordenadora do grupo de trabalho.

## ABSTRACT

## BETWEEN URBAN STUDIES AND URBAN SOCIOLOGY

This work evaluates the trajectory of the GT on urban issues of Brazilian Society of Sociology, discussing its contribution to the scientific advancement of the discipline, the advances of the group itself and its insertion in national and international academic debate. Taking into account the trajectory of urban studies in Brazil, the evaluation is based primarily on the analysis of studies presented in congresses of SBS and direct observation of the authors, while they were the Group's coordinators. This analysis allowed identifying the range of topics and the main methodological-theoretical axes, where the studies, its advances and limitations are inserted, grounding some considerations and suggestions towards a greater contribution to the development of Urban Sociology of our country.

Keywords: Urban Studies; Urban Sociology; Brazilian Society of Sociology.

---

Introdução

Este trabalho se propõe a analisar a trajetória do Grupo de Trabalho sobre as questões urbanas da Sociedade Brasileira de Sociologia, considerando sua contribuição para a Sociologia enquanto disciplina científica, seus avanços e debilidades e sua inserção no debate acadêmico nacional e internacional sobre as referidas questões, de modo a contribuir para uma agenda de pesquisa e o fortalecimento do grupo e de sua área de investigação.

Para o atendimento desses objetivos, foram efetuadas algumas considerações sobre a trajetória dos estudos urbanos no Brasil, consultas aos Anais dos diversos Congressos<sup>1</sup> e outros registros da SBS, além de observações diretas das próprias autoras enquanto coordenadoras do GT em diferentes momentos de suas discussões.

Ao longo do processo de sua elaboração, foram enfrentadas algumas questões teóricas e epistemológicas: a primeira delas refere-se à própria definição do campo em estudo, pois, como já assinalava Castells (1979, p. 23), desde os anos 70, na França, um florescimento da chamada “sociologia urbana” se traduzia em muitos projetos de estudo (e menos em investigações

---

1 Os Anais da Sociedade Brasileira de Sociologia constituíram a principal fonte de consulta. Entretanto, cabem as observações: muitos dos autores não entregam os trabalhos; existe grande variação do número de trabalhos selecionados, o que afeta a comparação; e o material não está completo, sendo, portanto limitado.

acabadas), o que o estimulava a refletir e interrogar-se sobre a pertinência científica desta tendência intelectual, em comparação com o seu relativo alcance em outros países. Para dar conta desta difícil tarefa, o autor em questão busca identificar o que englobavam os trabalhos sociológicos: a) a ótica demográfica, na qual os clássicos iniciam com a identificação de tamanho e concentração da população; b) investigações sobre desorganização social e aculturação, perspectiva predominante da Escola de Chicago, desdobrada em novos estilos; e c) a tradição dos estudos de comunidade, cidades pequenas, ou unidades urbanas, com suas variações: os ingleses focalizavam os problemas sociais em um quadro espacial; os americanos exploravam a unidade espacial como tal.

Através desta “breve visão panorâmica em que procuramos mostrar a dispersão teórica dos estudos urbanos em diferentes ramos do saber” (CASTELLS, 1979, p. 25), o autor acrescentava que essa dispersão produzia a impressão errada de objetos diferenciados: existiria uma escassez de investigações originais publicadas *versus* uma profusão de compilações sobre a vida urbana, o que colocava uma questão prévia (de pressupostos): “saber se a cidade possui uma entidade propriamente sociológica, ou se é um objeto real a reconstituir a partir de outros conhecimentos”. Propondo-se a organizar a reflexão, o autor se debruça sobre dois eixos:

1. A cidade como variável independente, citando o texto que é visto como fundamento da vertente urbana da Escola de Chicago: “considera-se como objeto de estudo tudo aquilo que sucede num contexto urbano” (PARK apud CASTELLS, 1979, p. 28) e avaliando que os trabalhos da referida escola não abrangem “tudo”, mas a desorganização social e a resistência à integração (à sociedade americana);

2. A cidade como variável dependente, argumentando que tomar a cidade como produto do complexo ecológico, conceito de Park, é o mesmo que analisá-la como produto da dinâmica social, de uma formação histórico-geográfica: “a cidade é produto da história, reflexo da sociedade, ação do homem sobre o espaço para construir a sua morada”.

Por fim, tentando uma saída “à procura do objeto perdido”, o autor elenca algumas conclusões: a) para continuar a falar de “comportamentos urbanos”, ou de “atitudes urbanas”, defende que as características fundamentais de uma cultura (urbana) precisariam ser interpretadas como consequências diretas do processo de industrialização e do capitalismo; b) se tudo se

transforma em urbano, seria necessário distinguir níveis de análise e codificar, para cada nível, o espaço, explicitando a passagem dos processos sociais para o “sistema ecológico” (p. 48); c) sugere as condições para definição deste objeto: “haveria uma especificidade urbana, se houvesse coincidência entre unidade espacial e unidade social – ao nível do sistema social” (p. 50).

Consideramos que muitas dessas questões enfrentadas pelo autor naquele período continuam presentes na atualidade, trazendo aos debates do Grupo de Trabalho alguns desafios instigantes, tanto ao retomar velhas questões quanto ao identificar novos fenômenos, revisitando teorias e se apropriando de novas realidades.

Na expectativa de apreender essa dinâmica, o presente artigo foi organizado em três partes: I. Algumas considerações sobre a trajetória dos estudos urbanos no Brasil; II. Um levantamento dos trabalhos apresentados especialmente nos últimos dez anos de atividades da SBS; e III. Comentários finais.

## Algumas considerações sobre a trajetória dos Estudos Urbanos no Brasil

Ao longo do processo de desenvolvimento brasileiro, a transformação de uma sociedade de base rural e agroexportadora em uma sociedade urbano-industrial considerada moderna, assim como a conformação, a dinâmica e a diversidade da sua rede urbana têm recebido uma atenção e um tratamento privilegiado por parte da comunidade dos cientistas sociais. Demógrafos, economistas, sociólogos, geógrafos e antropólogos têm acompanhado continuamente esse processo, analisando as características básicas das cidades que compõem a referida rede, sua diferenciação interna, seus grandes problemas e suas contradições.

Pode-se considerar que as políticas higienistas induziram uma produção bibliográfica considerada como o fundamento dos estudos urbanos no Brasil. Valladares e Medeiros (2003, p. 10) citam o período classificado como a gênese, ou a primeira descoberta da favela carioca, abrangendo o início do século XX até a década de 40, com os primeiros estudos que adotaram um recorte racionalista/ higienista/ sanitário; eles apresentavam uma visão moralista com propostas de caráter político-administrativo, assistencialista e educativa (p. 12), supunham uma visão “científica” dos problemas sociais decorrentes da pobreza, associando a crescente ocupação das cidades ao agravamento do

quadro de saúde da população, expressavam as preocupações dos governos brasileiros com a realização de reformas urbanas sob a influência das reformas parisienses do Barão de Haussmann. Identifica-se o estudo pioneiro do engenheiro Backheuser (1906), seguido de outros realizados por jornalistas-observadores, urbanistas, médicos e assistentes sociais. Dois outros aspectos são destacados pelas autoras: a disponibilidade de dados do Censo Demográfico de 1950, que possibilitou uma ampliação do foco e da quantidade de publicações sobre os temas, e “o olhar das ciências sociais”, refletindo a presença de acadêmicos americanos, também, no final dos anos 50, preocupados com a integração e a organização social dos migrantes de origem rural nas grandes cidades. Um destaque é dado à pesquisa considerada pioneira (LEBRET; RIOS, 1964) por inaugurar o trabalho de campo prolongado e sistemático nas favelas cariocas, seguindo-se vários estudos orientados pelos paradigmas da marginalidade social e da teoria da dependência.

Foi a partir dos anos 1960, porém, que a constituição de uma rede dinâmica e integrada de cidades<sup>2</sup> e de uma sociedade urbana-industrial considerada pobre, complexa e bastante desigual, na periferia de uma economia mundial crescentemente internacionalizada, que a produção acadêmica sobre a rede urbana brasileira tornou-se bem mais ampla e diversificada, com uma contribuição bastante significativa da sociologia.

Estudos elaborados sobre essa produção<sup>3</sup> deixam patente como nos anos 1960 e 1970, com uma abordagem conhecida como de caráter histórico-estrutural, ela enfatizou basicamente a discussão de processos macroestruturais e das especificidades da industrialização e da urbanização em países dependentes, como o Brasil. Reportou-se ao que era considerado como o caráter “inchado”, “caótico”, ou até “sociopático” dessa urbanização e, inspirada em considerações teóricas da CEPAL e do marxismo estruturalista,

---

2 Lefebvre (1968, p. 16) se refere a redes de cidades, no processo europeu de transição para a industrialização: “Entretanto, lá onde preexistir uma rede de cidades antigas – divisão de trabalho – a indústria a toma de assalto. Apodera-se da rede, remaneja-a segundo suas necessidades”. Mas, no Brasil, entre outros autores, Santos (1996, p. 99) se refere ao período pós 64, no qual se conjugam as exigências de inserção em uma nova ordem econômica mundial, através da integração dos transportes e das comunicações modernizados, como condição material para a difusão, além das regiões centrais mais desenvolvidas, de atividades industriais e agrícolas altamente capitalistas, mostrando que pequeno número de grupos econômicos com posição dominante no mercado exerce papel de controle do território, via produção e consumo.

3 Ver, entre outros, Machado da Silva, 2008; Frehse, Leite, 2008; Moya, 2011; Barreira, 2016; Veras, 2000; Conceição, 2017.

principalmente, aprofundou a análise de questões como a intensidade, os determinantes e os impactos das migrações rural-urbanas sobre as cidades: as condições de ocupação, integração e moradia das classes subalternas e a “marginalidade”; a expansão das favelas e periferias, a precariedade habitacional e a carência de infraestrutura e de serviços de consumo coletivo que atingia a classe trabalhadora, associando uma espoliação urbana, conforme definimos a seguir, à sua exploração tradicional, assim como a contradição observada entre a riqueza de algumas metrópoles e a pobreza de sua população.

Merece destaque a forma pela qual a produção sociológica do Brasil problematizou a expansão das periferias urbanas e metropolitanas. O processo de periferação das cidades tornou-se objeto privilegiado de estudo a partir dos anos 1970. Ao longo das décadas seguintes, as periferias continuaram sua expansão desordenada como parte, segundo Kowarick (1979), do processo por ele denominado “espoliação urbana”, base do modelo de expansão fundado na superexploração da força de trabalho, na autoconstrução da habitação, na irregularidade da terra e na precariedade de condições de vida de grande parte da população trabalhadora.

A partir da década de 80, desenvolvem-se projetos integrados com orientações metodológicas em comum e apoios financeiro-institucionais amplos. Criado no final dos anos 1980, o Urbandata se constituiu como um banco de dados que buscou contribuir para o acompanhamento, registro e sistematização dos trabalhos e pesquisas sobre o urbano brasileiro. Inicialmente sediado no Iuperj/ UFRJ, Rio de Janeiro, em 1997 foi reorganizado como projeto integrado, disponibilizando 394 referências sobre as favelas do Rio de Janeiro, etapa concluída em 2001, prosseguindo nos anos seguintes e avançando para além de um simples levantamento, para constituir-se em uma verdadeira pesquisa que mobilizou inúmeras pessoas e fontes de consulta sobre os trabalhos desenvolvidos nessa área temática, abrangendo um total de 668 referências sobre as desigualdades socioeconômicas, a pobreza e a moradia em favelas (VALLADARES; MEDEIROS, 2003, p. 15).<sup>4</sup>

---

4 Segundo as informações disponíveis, a partir de outubro de 2013, o acervo Urbandata-Brasil encontra-se sediado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro e disponibiliza várias bases de dados: bibliográficos (Base URB), de instituições e de pesquisadores – que devem estar disponíveis para consulta pública e gratuita.

Neste mesmo período, desenvolve-se no IPPUR/UFRJ um programa de pesquisas inicialmente orientado para a análise das transformações do quadro de carências e desigualdades sociais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tendo como temática central a reflexão sistemática sobre os desafios representados pelo modelo de política urbana implementado a partir de 1988 com o Movimento Nacional da Reforma Urbana. Focalizando as transformações econômicas do final da década e avaliando os impactos metropolitanos no Rio de Janeiro e em outras metrópoles (IPPUR/UFRJ), esse programa destacava o estudo dos processos socioespaciais e sua importância para a compreensão dos mecanismos societários de exclusão e integração, vindo a desembocar no Observatório das Metrópoles, uma rede nacional de pesquisa que hoje congrega cerca de 15 núcleos e que vem estudando as principais metrópoles brasileiras com uma vasta produção sobre as suas transformações.

No ano 2000, cria-se em São Paulo um núcleo de pesquisas que investiga temáticas relacionadas às desigualdades socioeconômicas e à formulação de políticas públicas nas metrópoles contemporâneas, com pesquisas voltadas para conhecer os mecanismos por meio dos quais os cidadãos podem sair da situação de pobreza, através da ação do Estado, da inserção no mercado de trabalho e das redes de relacionamento e associativas. Entre suas linhas mais recentes de pesquisa, destaca-se o estudo de fatores que afetam a trajetória recente das desigualdades no Brasil, com vistas a obter contribuições teóricas para o conhecimento científico e para formulações de políticas públicas (Centro de Estudos da Metrópole /CEM/CEBRAP/ USP).

No período citado, as principais influências teóricas sobre os pesquisadores brasileiros giravam em torno dos trabalhos de Castells, ao considerar, por exemplo, a segregação residencial como “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (CASTELLS, 2009 (1972), p. 210). Nessa direção, Oliveira (2003) corrobora essas análises ressaltando que a precariedade das periferias e o descaso do Estado em formular políticas urbanas e implantar infraestruturas de saneamento e transporte público resultaram da presença de um grande contingente de mão de obra, de fluxos migratórios intensos e da ausência de sindicatos fortes e de movimentos operários.



Ao longo das décadas de 1970 e 1980, a amplitude da pesquisa refletia-se também na emergência dos denominados movimentos sociais urbanos, contando com a expansão de universidades e centros de pesquisa, conforme os exemplos já vistos. Refletia-se também sobre as lutas pela redemocratização do país, multiplicando-se os estudos sobre o caráter e os impactos das ações coletivas e das referidas mobilizações, agora, com um certo questionamento do marco teórico até então norteador da pesquisa urbana, o marxismo estruturalista, que teria contribuído para reduzir as práticas sociais e a ação coletiva a determinações macroestruturais e a condições objetivas e materiais de existência. A incorporação do debate francês e do pensamento de autores como Castells, Touraine, e Melluci permitiu introduzir novas dimensões, como a cultural e simbólica, nas análises das práticas sociais e das ações coletivas, além de Lefebvre com a sua teoria da produção do espaço na cidade contemporânea.

A partir dos anos 1990 e, principalmente, na fase mais contemporânea, surgem outras questões, e algumas são ressignificadas ou adquirem uma nova relevância<sup>5</sup>. Avançaram os estudos sobre os impactos da globalização, da financeirização, da reestruturação produtiva e das novas tecnologias sobre as estruturas social e urbana, tanto mostrando uma nova direção do capitalismo quanto ressaltando as transformações que passaram a reproduzir, de forma ampliada, a precariedade, a instabilidade e a diferenciação do território e das condições de vida nas cidades. Multiplicaram-se os debates sobre as cidades latino-americanas como cidades neoliberais/ financeirizadas, mostrando-se que o território urbano pode constituir ativos bancários, conduzindo à privatização dos antigos serviços públicos e ao surgimento de novos serviços quase sempre privados. No Brasil, regiões e cidades foram profundamente impactadas desde o início dos anos 2000 por esses e novos processos, impulsionando os grandes projetos de investimento, novas rela-

---

5 Sobre as redes de cidades, autores se referem posteriormente à introdução do fator político. Estudos sobre redes de cidades mostraram a potencialidade desta prática como mecanismos de promoção do desenvolvimento social, político, urbano e econômico de seus integrantes, citando-se a primeira rede de cidades, criada em 1913, na Bélgica (em Ghent) para contatos municipais, seguindo-se em 1951 o Conselho das Municipalidades e Regiões Europeias com a participação de 50 prefeitos, voltados para superação de dificuldades do pós-guerra. A organização das cidades em redes internacionais se intensifica a partir dos anos de 1980, com a criação da Metropolis – associação mundial das cidades com mais de um milhão de habitantes – e nos anos 1990 com a criação, na Europa, da Rede Eurocidades, e, na América do Sul, com a criação da rede Mercocidades, a partir de modelos regionais (LAISNER, 2009, p. 5).

ções fundiárias e imobiliárias e permitindo a introdução de outros conceitos, tais como requalificação, renovação, ou revitalização urbana. A noção de “gentrificação”, também bastante utilizada, permite compreender e explicar a produção de espaço na cidade contemporânea, tanto no que se refere à implantação de grandes projetos urbanos quanto na continuidade do modelo de cidade desigual, o que contribui para incentivar a ação especulativa dos agentes imobiliários, provocando a expulsão de antigos moradores mais pobres e a substituição ou reconversão de antigas atividades econômicas. A “gentrificação” torna-se, dessa forma, mais uma estratégia do capital para transformação das cidades.

Dialogando com a produção francesa e norte-americana, o debate nacional sobre as questões urbanas incorporou ainda noções como as de underclass, exclusão social, desfiliação, cidades globais, polarização urbana ou governança. Reconhecendo a relevância e a heterogeneidade do território, diversos estudos passaram a contemplar a dimensão intraurbana dos fenômenos abordados, com a utilização de metodologias socioespaciais para a análise de dados e a produção de indicadores. Multiplicaram-se, também, os estudos sobre a segregação socioespacial, seus mecanismos e atores, problematizando seus impactos sobre os moradores e comunidades afetadas por esse fenômeno, bem como a autosegregação das elites, a fragmentação do tecido urbano ou a persistência do padrão centro-periferia. Autores como Manuel Castells, Jordi Borja, Saskia Sassen ou David Harvey, com suas reflexões sobre a globalização e cidades globais, tornaram-se referências básicas para essas discussões.

Paralelamente, sob influência da Antropologia, ou de correntes teóricas da própria Sociologia como o interacionismo simbólico e a fenomenologia, vêm se desenvolvendo outras linhas de estudos, mais culturalistas e comportamentais e que dialogam com a formulação, citada inicialmente, de se pensar a cidade como variável independente (CASTELLS, 1979, p. 23), ao analisá-la sob a perspectiva das interações, das formas de sociabilidade e de consumo. São abordadas questões como os marcos locais ou os usos de lugares específicos pelos moradores - como shoppings, aeroportos, praças, ruas, praias ou bares -, às vezes conceituados como equipamentos urbanos ou artefatos urbanos. Merecem ainda destaque os trabalhos que focalizam as redes sociais e suas funções para explicar diferentes fenômenos, especialmente, a dinâmica interna das vizinhanças, a exemplo das reações de moradores a projetos urba-

nos em contextos que geram significados e sentidos no cotidiano de moradores de uma favela em Brasília, mostrando o sentido dado ao ato de ocupação em favelas ou invasões através da formação de redes de solidariedade que possibilitam garantir o lugar de moradia (NUNES, 2006, p. 46).

Nesta direção, Marques e Torres (2004) tratam de uma questão que consideram fundamental para as políticas públicas: os espaços onde residem as populações mais pobres não são homogêneos, mas, pelo contrário, apresentam múltiplas lógicas de acordo com o tipo de risco considerado (podendo haver ou não sobreposição de vulnerabilidades), o que sugere existir a possibilidade de organizar a oferta dos serviços públicos segundo as características desses diversos locais, mesmo no caso de políticas universais, gerando iniciativas estatais mais eficazes e distributivas. Supõe-se que, nos diferentes locais de pobreza, se configuram diferentes “estruturas de oportunidades”, proporcionadas – além do mercado – pela comunidade e pelo Estado. Tais oportunidades poderiam condicionar as possibilidades das famílias aí residentes de saída da pobreza.

Como se vê, a amplitude e a diversidade de temas e abordagens teórico-metodológicas podem ser consideradas como as principais características dos estudos urbanos na sua fase mais recente, o que se reflete nos debates do grupo de trabalho direcionados a estes temas da Sociedade Brasileira de Sociologia.

## A Trajetória do Grupo de Trabalho

A análise precedente talvez permita compreender o interesse que vem despertando o Grupo de Trabalho orientado para a discussão das questões urbanas, um dos mais antigos e demandados na sequência dos Congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia. Denominado como Sociologia Urbana e Movimentos Sociais, já no Congresso de 1989, esse grupo contou com expressiva participação da comunidade acadêmica. Em 2003, com o título de *Cidades: Transformações, Governança Pública e Participação da Sociedade*, ele reuniu a apresentação de 22 trabalhos. Em 2005, esse número chegou a 29 trabalhos que abordaram temas relacionados à pobreza, à desigualdade urbana, à segregação, ao planejamento e às políticas habitacionais. Nos anos seguintes, esses números foram mais variáveis em função dos critérios adotados pela organização de cada Congresso.

Como ocorre na área de conhecimento em questão, os trabalhos abordam uma enorme diversidade de temas. Entre aqueles apresentados nos dez últimos anos, abrangendo seis Congressos, por exemplo, uma classificação aproximada levou aos seguintes resultados:

Tabela 1 - Trabalhos apresentados pelo GT nos Congressos da SBS. 2007-2017

<b>Temas básicos</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2017</b>	<b>Total*</b>
Modo de vida, sociabilidades, práticas culturais	17	11	1	8	9	5	51 31.0
Políticas públicas e urbanas	2	5	10	3	5	6	31 18.9
Segregação socioespacial	1	4	3	5	6	8	27 16.4
Reforma urbana	1	3	-	3	6	5	18 10.9
Habitação	4	4	-	2	4	4	18 10.9
Ação coletiva, movimentos sociais/participação popular	11 **	2	2	2	1	1	19 11.6
	36	29	16	23	31	29	164

Fonte: Anais do Congresso da SBS

\*Excluídos os casos de trabalhos não enviados e não incluídos nos Anais. .

\*\* Nos anos seguintes, a redução se deve à criação de um GT sobre Movimentos Sociais passou a incorporar essa produção.

Entre os congressos de 2007 e 2009, a marca básica dos estudos apresentados na primeira categoria foi a sua diversidade, abordando, geralmente, questões/localidades bastante específicas, como a participação feminina nas periferias, práticas de trabalho, sociabilidade e mobilidade urbana, ou a sociabilidade nas práticas boemias dos bares de Fortaleza. Também se discutiu a revitalização do centro histórico de Aracaju, as condições de sociabilidade, esporte e lazer em João Pessoa ou a complexidade do contraditório bairro do Morumbi, onde se concentram uma população de média e de alta renda, pólos de luxo e modernas torres empresariais ao lado de uma grande favela; ou ainda os usos da cultura em Niterói e outras cidades.

Nessa categoria, também podem ser incluídos estudos como aquele apresentado sobre o Programa Escola Aberta, desenvolvido em Recife e que procura atrair jovens de escolas públicas para atividades culturais, esportivas e de lazer, fomentando uma “cultura de paz”, ou aquele sobre as transformações dos teatros em São Paulo, ou, ainda, um outro sobre o trabalho político do professor na metrópole, levantando uma questão relevante sobre a identidade da área e do grupo. Ao que parece, tanto a área quanto este primeiro

conjunto adquiriram uma enorme amplitude, abrangendo estudos sobre os mais diversos fenômenos e processos que ocorrem no espaço das cidades.

Um segundo conjunto articula a reforma urbana com a produção do espaço, com o Estatuto das Cidades e com os novos padrões de gestão, discutindo, por exemplo, os investimentos e a destinação dos royalties do petróleo na Baixada Santista e também a problemática das redes urbanas em um subconjunto de trabalhos. Discutindo os impactos da segregação, sua incidência em grandes centros e sua relação com a moradia e o mercado de trabalho, destacaram-se estudos sobre segregação e território, segregação residencial e desigualdades no mercado de trabalho e uma segregação institucional. Os estudos sobre políticas públicas são variados, analisando desde políticas de patrimônio, aos planos diretores, planejamento estratégico e investimentos públicos no espaço urbano, entre outros. Os textos sobre habitação abordam geralmente a questão da habitação popular, discutindo a verticalização dos assentamentos de baixa renda, as vilas, as políticas de habitação de interesse social, a sociabilidade nos espaços populares, a requalificação dos centros antigos da cidade etc. A grande maioria deles é composta de estudos de caso.

Uma temática frequente se reporta a ações coletivas, movimentos sociais e participação, relacionada com estudos sobre as formas de associação, a ação coletiva nas favelas, o Fórum Social Mundial, as redes sociais e vários estudos sobre a participação popular nos novos processos e espaços instituídos a partir do movimento pela reforma urbana e pelo Estatuto da Cidade, como a elaboração dos Planos Diretores.

Prosseguindo, nos Congressos seguintes, observa-se uma continuidade da dispersão dos objetos de análise, ao mesmo tempo em que a variedade metodológica parece fragmentada em estudos empíricos identificados com o formato de estudos de caso, ainda que contribuam para o conhecimento de aspectos instigantes da vida urbana em uma diversidade de cidades brasileiras e estrangeiras. No ano de 2011, o XV Congresso Brasileiro de Sociologia aconteceu em Curitiba e o Grupo de Trabalho aqui focalizado recebeu o título “Segregação Social, Políticas Públicas, e Direitos Humanos”, contando com a apresentação de dezesseis trabalhos, entre os quais se destacam as discussões sobre a dualidade entre ricos e pobres, morro e asfalto ou modernidade e atraso, refletindo uma bibliografia que problematiza esta dualidade, tanto na relação entre centro e periferia, como na estruturação das cidades brasileiras, especialmente, o caso emblemático do Rio de Janeiro como “ci-

dade partida”. Tomando a divisão espacial da cidade, demonstrou-se como tais divisões são apropriadas e legitimadas pelos meios de comunicação e puderam influenciar, por exemplo, os resultados das eleições municipais de 2008. Sob esta perspectiva da dualidade, também foram abordados problemas presentes em favelas, bairros sitiados e áreas residenciais da população de baixa renda.

Com base em outros referenciais sobre o poder e o controle social na modernidade, vários trabalhos abordaram as políticas públicas na área de segurança, discutindo os efeitos de uma dupla segregação através de processos considerados socialmente dramáticos, que podem se desenvolver e se consolidar através das instituições, diferentemente conceituadas por Michel Foucault ou Erving Goffman, como os presídios, hospitais, e outras formas de reclusão, relacionadas à supressão dos direitos humanos. Nesse contexto, a eclosão da violência tende a ser considerada em relação ao aumento da concentração populacional, tornando mais visível a segregação socioespacial através da emergência do fenômeno em várias cidades, discutindo direitos humanos e políticas públicas e destacando as experiências de pacificação e policiamento com seus diferentes resultados. Foram contemplados ainda alguns desdobramentos dos movimentos sociais, com foco na participação popular e na dicotomização da cidadania resultante das desigualdades sociais.

No ano de 2013, o XVI Congresso Brasileiro de Sociologia aconteceu em Salvador e o Grupo de Trabalho aqui focalizado recebeu o título “Cidades”, tendo sido selecionados cerca de 50 trabalhos, distribuídos em sessões concomitantes. As questões variadas que foram reunidas no primeiro conjunto de trabalhos focalizaram desde modos de vida, sociabilidades e práticas culturais aos usos da cidade e suas representações. Na cidade de Bogotá, discutiu-se o modo como vem ocorrendo uma apropriação e ressignificação de práticas culturais como a Capoeira, cuja popularização na Colômbia pode ser uma expressão de alternativas para aqueles que a consideram uma prática social capaz de gerar maneiras de relacionamento e sociabilidades. Também se procurou mostrar o crescente interesse por práticas culturais que contestam o imaginário cultural da nação a partir de suas bordas e margens, através de tendências musicais que oferecem novas imagens e representações do Brasil urbano do século XXI, focalizando narrativas sobre estilos musiciais como o rap ou a poesia relacionada à metáfora da selva de concreto.

Estudos sobre o centro das cidades continuaram frequentes por serem, em muitos casos, as principais regiões de comércio e de circulação, o que contrasta com a presença de pessoas em situação de rua, revelando uma pobreza não segregada em bairros ou periferias, mas que se encontra visível nos espaços centrais de uma cidade. Em outro caso, a construção de significados sociais sobre a vida de rua na cidade de João Pessoa, Paraíba, permitiu considerá-la não apenas como suportes de deslocamentos, mas também como espaços de sociabilidade urbana e de construção de identidades locais, ou, ainda, abordando-a como locais na cidade que funcionam como pontos de consumo de substâncias psicoativas ilícitas, explorando seus contextos e modalidades de uso através de significados atribuídos por aqueles que integram redes de amigos usuários em uma cidade do Vale do São Francisco, em Pernambuco. O estudo da mobilidade urbana também foi contemplado através da atividade profissional dos taxistas, cujas características permitem acumular associações e variados sentimentos com partes da cidade, garantindo-lhes um vasto sistema de referências sobre a mesma.

Abordando políticas públicas diversas, outro conjunto de trabalhos mostrou, por exemplo, aspectos das intervenções em Centros Antigos, como: i) o bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, ontem e hoje um espaço da sociabilidade pública que continua com vida própria; ii) o caso de Salvador em que se privilegiou a observação das políticas culturais destinadas a providenciar um meio criativo para atração e retenção de um conhecimento intensivo sobre as cidades em suas dimensões simbólicas; iii) a cidade de Penedo, município ao sul de Alagoas, tombado em 1995, através do desenvolvimento do programa Monumenta, ao mostrar as relações entre turismo e Patrimônio Cultural.

Discutindo os impactos da segregação socioespacial, alguns trabalhos abordaram os impactos do processo de acumulação capitalista nas cidades, marcado pela presença importante da imigração internacional para São Paulo, especialmente de bolivianos, paraguaios e peruanos, que vão sendo submetidos aos processos de segregação entre moradia e local de trabalho. Em outros casos, focalizando a cidade de Salvador, buscou-se compreender as relações existentes entre o local de moradia e as possibilidades e oportunidades de acesso de jovens residentes na periferia da cidade; discutiu-se, também, o crescimento da autosegregação das camadas de média e alta renda em condomínios fechados, a emergência e a evolução desse padrão de moradia e a segregação nos usos dos espaços públicos; ou ainda, buscou-se

acompanhar a dinâmica das metrópoles brasileiras tendo como referência uma tipologia da integração socioespacial desenvolvida nacionalmente.

Focalizando a reforma urbana, com a produção do espaço e seus novos padrões de gestão, mostrou-se o intenso incremento imobiliário impulsionado por um contexto econômico favorável em São Paulo. Os trabalhos evidenciaram os investimentos governamentais e privados que vão transformando bairros outrora “esquecidos” em focos de grandes empreendimentos residenciais e comerciais, como também os assentamentos de baixa renda situados com frequência em áreas antes desprezadas que se tornam alvos de renovados interesses, promovendo o reassentamento involuntário de moradores e o acirramento de conflitos locais. Através de nuances sociais, econômicas e jurídicas, discutiu-se ainda a locação de quitinetes na favela do Rio das Pedras no Rio de Janeiro e, por outro lado, os processos sociais desencadeados pela construção de grandes projetos urbanos na cidade de Belém, Pará, onde áreas antes estruturadas por relações sociais que ligam, através do trabalho, as trocas culturais entre a cidade e seu entorno evidenciam agora os sistemas agroflorestais, incorporando à vida urbana a biodiversidade da floresta e de rios.

No ano de 2015, o XVII Congresso Brasileiro de Sociologia aconteceu em Porto Alegre, onde o Grupo de Trabalho também recebeu o título “Cidades”, tendo sido selecionados 31 trabalhos distribuídos em 6 sessões. Os trabalhos sobre modos de vida, sociabilidades, práticas culturais e usos da cidade – como os espaços populares – foram predominantes, reportando-se a estudos de caso com poucas condições de generalização. São frequentes os estudos sobre práticas culturais, especialmente, quando relativas a novos comportamentos, identidades e gostos de grupos, como o consumo entre jovens da periferia em Belém do Pará enquanto frequentadores de festas de aparelhagem ou equipamentos musicais eletrônicos. Eles abordaram o modo como agentes e grupos vivenciam espaços urbanos estabelecidos segundo lógicas que convergem ou destoam em relação a padrões sonoros socialmente instituídos, ou, sob outro prisma, abordam as questões relacionadas à mobilidade urbana, focalizando as formas de sociabilidade percebidas entre passageiros de ônibus e a incidência da violência na cidade de São Luís/Maranhão.

Os estudos sobre políticas públicas, intervenções, patrimônio/ requalificação dos centros antigos da cidade, plano diretor, planejamento estratégico e investimentos públicos no espaço urbano mereceram destaque. Os traba-



lhos aí incluídos priorizaram as análises dos centros de diferentes cidades, como o caso de Niterói, seu longo processo de degradação com perda de empregos públicos e serviços qualificados, evidenciando como as administrações municipais realizam intervenções pontuais em detrimento de diretrizes articuladas no Plano Diretor, o que permite à iniciativa privada a recuperação das áreas centrais. Foram analisadas, também, as contradições presentes na definição de Centros Históricos como Patrimônio da Humanidade e sua transição para os usos mercadológicos, considerando-se o caso de São Luís do Maranhão. Ainda, sob o prisma das cidades concebidas como cenários potenciais de um novo ciclo capitalista, demonstrou-se a influência da concorrência, a lógica do planejamento estratégico e sua aplicação ao caso da cidade de Salvador. Foram ainda abordadas as políticas públicas de segurança, apontando a intensificação dos modelos de policiamento dirigidos às favelas no período dos Megaeventos, com o objetivo de mostrar as transformações vivenciadas pelos moradores através do que se denominou de “gestão da paz”.

Discutindo os impactos da segregação, sua incidência em grandes centros, sua relação com lógicas excludentes sobre a moradia e o trabalho, diversos trabalhos foram reunidos. Nesse período, a realização dos Eventos Esportivos Internacionais nas metrópoles-sedes mostrou uma tendência a agravar os problemas de segregação, seja em relação a esta lógica excludente, em sua busca da elitização e seletividade de frequentadores de locais específicos das cidades, seja através de um retrocesso socioambiental, com consequências sobre as populações moradoras de favelas, no caso do Rio de Janeiro, onde comunidades de baixa renda, contíguas a bairros de classe média, provocam resistências destas populações.

Reunindo trabalhos que abordaram as reformas urbanas e sua relação com a produção do espaço, com os novos padrões de gestão e suas consequências sociais, o outro conjunto de trabalhos privilegiou a questão da gestão democrática, o instrumento da participação popular do Estatuto da Cidade e sua articulação com as políticas neoliberais, mostrando os agentes ligados a setores empresariais no Rio Grande do Sul. Também foram analisados os alcances e limites da gestão participativa e do planejamento territorial em Áreas de Proteção Ambiental entre Campinas e São Paulo, possibilitando a emergência de novos atores, assim como o alcance e os limites da gestão participativa, identificando o interesse de reposicionar um debate sobre o

programa de reciclagem utilizado em Curitiba e suas inovações tecnológicas. Além disso, mereceu atenção o problema dos moradores da Tríplice Fronteira Amazônica, decorrente das diferenças nacionais de gestão do território, com base na classificação de cidades “gêmeas ou pares”, o que supõe a troca de serviços como potencial rede de cidades.

A questão da habitação popular e da verticalização dos assentamentos esteve presente no agrupamento seguinte, incluindo-se um estudo sobre tal processo decorrente da expansão imobiliária, o que coloca a cidade São Luís-Maranhão diante de um futuro entre a verticalização e a periferização. Refletindo o interesse pelos novos programas de habitação popular, discutiu-se também os condomínios do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) como parte do “programa de urbanização de assentamentos precários” e sua eficácia enquanto política para as favelas, considerando-se a experiência do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro.

No ano de 2017, o XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia teve lugar em Brasília, de 26 a 29 de julho, e o Grupo de Trabalho passou a chamar-se “Cidades no século XXI”, selecionando 30 trabalhos seguindo o limite estabelecido pela organização do congresso. Prosseguiu o interesse em analisar grupos específicos e usos da cidade, como os jovens nas periferias e o uso de categorias interpretativas a partir de discursos fomentados por projetos sociais, como protagonismo juvenil, empoderamento e outros; também foi abordada a relação de grupos indígenas e a cidade, através do acesso à moradia. Outros textos abordaram os centros das cidades, apontando, por exemplo, o esvaziamento demográfico e econômico do centro de São Paulo, a busca de possíveis soluções e seus paralelos com outras grandes cidades, analisando aspectos da política da cultura, a relação entre Estado e mercado e os dispositivos institucionais aplicados ao caso do centro de Recife no século XXI.

Reunindo um conjunto de trabalhos sobre processos de segregação urbana, retomou-se o debate sobre a localização dos grupos ou classes sociais nas cidades e as questões relacionadas ao chamado efeito-território ou efeito vizinhança. Foi destacado como processos de localização e apropriação diferenciada do espaço urbano interferem no acesso às oportunidades, ampliando situações de desigualdade e agravando quadros de vulnerabilidade social nas cidades. Na esteira desse debate, as discussões em torno dos processos de gentrificação ressaltaram a importância do conceito para a compreensão

das diferentes formas de manifestação do fenômeno na arena de disputas pelo direito à cidade. Nesse contexto, destacaram-se, também, as propostas para a produção da imagem de “uma cidade integrada”, com o exemplo da intervenção nas favelas da zona sul do Rio de Janeiro, com vistas à gentrificação do território aliando a ressignificação simbólica do espaço à valorização imobiliária. Fenômenos semelhantes podem ser detectados em outras cidades no Brasil e no mundo, em processos de renovação urbana que ampliam os riscos de substituição populacional em nome da melhoria da qualidade de vida em algumas cidades.

O debate sobre as cidades na era neoliberal sob o domínio do capital financeiro reuniu um outro conjunto de apresentações, focalizando de que modo essa relação determina o futuro das cidades ou discutindo grandes projetos urbanos e a fragmentação do território. Mereceu destaque o estudo das novas regulações sob a influência do planejamento estratégico, permitindo mostrar a sua aplicação à esfera da cultura na cidade de Salvador, diante da sua gradativa transformação em local atrativo aos investimentos. Mereceu destaque, ainda, o estudo sobre a utilização de espaços nas favelas cariocas como pontos turísticos, transformando uma contrapaisagem em bem de consumo inserido no ordenamento da cidade. Além disso, mostrou-se também a migração e circulação da força de trabalho na era da globalização considerada como migração de dependência no caso dos migrantes haitianos.

## Comentários finais

Como já foi mencionado, o grupo de trabalho sobre as questões urbanas é um dos mais tradicionais, demandados e consolidados da Sociedade Brasileira de Sociologia. Os textos nele apresentados envolvem um amplo leque de temas (acompanhando a trajetória dos estudos urbanos no país) que podem ser reagrupados em dois grandes eixos. O primeiro se reporta a fenômenos de caráter microssocial e especificidades locais, dialogando mais diretamente com a Antropologia, a Ciência Política e as correntes sociológicas ligadas à fenomenologia, valorizando as experiências cotidianas, o consumo cultural e as subjetividades e representações que se desenvolvem em determinados centros, em sua diversidade e complexidade. O segundo privilegia a análise dos processos macroestruturais e as mudanças que ocorrem

na rede urbana, aproximando-se da Economia, da Geografia, da Demografia e do Planejamento Urbano.

Com essas orientações, a amplitude e a diversidade de fenômenos estudados deixam patente a preocupação do Grupo de Trabalho com as questões sociais, com o direito à cidade e com a valorização das ações coletivas, acumulando um grande volume de material empírico sobre as características e mudanças que marcam a dinâmica urbana brasileira. Além disso, também pode ser ressaltada a sua contribuição para a formação de novos pesquisadores, uma vez que, como ocorre com os demais grupos de trabalho da SBS, a grande maioria dos estudos nele apresentados se reporta a dissertações e teses de mestrado e de doutorado dos seus autores.

Em que pese a relevância dessa contribuição, ela termina sendo associada a algumas questões destacadas por Frehse e Leite (2008) em relação ao campo dos estudos urbanos no Brasil, mostrando que há um acúmulo de estudos que por vezes passam ao largo de vasta literatura existente e privilegiam mais o conhecimento empírico sobre o contexto urbano do que a teoria, reduzindo as possibilidades de generalização teórica dos conceitos acumulados, o aprofundamento do conhecimento e um maior avanço teórico-metodológico na área em discussão. Por isso, os autores ressaltam dois desafios: a necessidade de que as pesquisas realizem avaliações prévias de problemas conceituais presentes nas investigações anteriores, o que permitiria a revisão conceitual de alguns temas tradicionais e a proposta de categorias analíticas para novos temas; e a incorporação da riqueza de dados acumulada pelos numerosos e metodologicamente diversificados estudos empíricos existentes ao desenvolvimento de concepções próprias sobre as diferenças que marcam o desenvolvimento urbano brasileiro (mesmo nesses tempos de globalização). Isto significaria levar em conta os países onde se encontram as cidades/metrópoles que constituem os contextos de referência para a produção de conceitos como os de “cidade pós-moderna” ou “cidade global”.

Nas análises comentadas, ressalta-se uma espécie de dilema que acompanhou toda a nossa reflexão, atualizando de certo modo as preocupações de Castells (1979) ao refletir e interrogar-se sobre a pertinência científica da Sociologia como tendência intelectual, a exemplo da grande divisão entre os estudos macro e microsociológicos, considerando-se que o estudo pontual de localidades específicas na cidade (praça, shopping, praia ou aero-

porto) traz o risco de fornecer uma visão fragmentada da realidade social. Esta pode ser a principal contribuição da sociologia do ponto de vista de seu objeto científico, especificando níveis de análise e situando-os em relação à sociedade como um todo.

Algumas considerações finais podem ser ainda elencadas. Primeiramente, caberia indagar se alguns tipos de estudos deveriam ser priorizados em uma sociedade brasileira de Sociologia, até que ponto a diversidade presente nos trabalhos aqui contemplados deveria ser mantida, ou se seria interessante orientar e estimular questões e temáticas mais específicas. Em segundo lugar, levando em conta a diversidade de orientações já demonstrada, caberia também interrogar até que ponto é possível definir uma agenda mais consensual, capaz de contemplar interesses tanto de pesquisas quanto de intervenções e busca de soluções. No debate sobre a questão urbana, tal como foi ressaltado desde a agenda 21, a prioridade concedida ao bem-estar da população, por exemplo, conduz a indagar-se até que ponto é interessante incentivar agendas públicas e transpor questões de maior interesse de um debate público para um grupo de pesquisa, ou se seria viável fazê-lo.

Por fim, cabe refletir sobre o interesse em atrair para as discussões do GT professores/pesquisadores mais experientes, sem abstrair da relevante função que o mesmo vem desempenhando, ao acolher predominantemente trabalhos de pós-graduandos, como deve acontecer em geral na Sociedade Brasileira de Sociologia.

## Referências

- BARREIRA, Irllys. (2016), Atores, processos e estruturas: refletindo sobre a problemática urbana no Brasil. In: *40º Encontro Anual da ANPOCS*, 2016, Caxambu. Anais... pp. 1-25
- CASTELLS, Manuel. (2009 [1972]), *A Questão Urbana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra .
- CASTELLS, Manuel. (1979), O que é Sociologia Urbana. In: *Problemas de investigação em sociologia urbana*. 2. ed. Lisboa: Ed.Presença; São Paulo: Ed. Martins Fontes. pp. 23-82
- CEM/CEPID/ CEBRAP. Centro de Estudos da Metrópole. Disponível em: <http://cebrap.org.br/nucleos/cem/>. Acesso em 4 de setembro 2017.
- CONCEIÇÃO, Wellington S. (2017), *Empiria, teoria e favelas*: fazendo a cidade e o legado de Luiz Antonio Machado da Silva para a Sociologia Urbana.

DILEMAS: *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 10, n. 2, pp. 379-387.

FREHSE, Fraya; LEITE, Rogério P. (2008), Espaço Urbano no Brasil. In: MARTINS, Carlos Benedito (coord.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. Sociologia. São Paulo: ANPOCS. pp. 203-237.

KOWARICK, Lucio. (1979), *A espoliação urbana*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LAISNER, Regina. (2009), A temática das redes: aspectos teóricos e práticos do novo papel das cidades na contemporaneidade. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Grupo de Trabalho: Questão Urbana, 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Online.

LEBRET, Louis J.; RIOS, José Arthur. (1964), As favelas na paisagem da Guanabara. *Comentário. Favelas. Arquitetura*, n. 8, pp. 15-29.

LEFEBVRE, Henri (2011 [1968]), *O Direito à Cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora. pp. 3-26.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2008), Meio Século de Sociologia das classes populares urbanas. In: CARNEIRO, Sandra; SANT'ANNA, Maria Josephina (org.). *Cidades: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond. pp. 21-42.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. (2004), *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. 1. ed. São Paulo: Editora SENAC.

MOYA, Maria Encarnación. (2011), Os estudos sobre a cidade: quarenta anos de mudanças nos olhares sobre a cidade e o Social. In: KOWARICK, Lúcio; MARQUES, Eduardo. (org.). *São Paulo, Novos Recursos e Atores*. 1. ed. São Paulo: CEM; Ed. 34.

NUNES, Brasilmar Ferreira. (2006), O sentido urbano de ocupações espontâneas do território: uma periferia de Brasília. In: NUNES, B. F. (org.). *Sociologia de Capitais Brasileiras: participação e planejamento urbano*. Brasília: Liber Livro. pp. 35-63.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopoles.net/index>. Acesso em 8 de agosto de 2017.

OLIVEIRA, F. (2003 [1972]), *A economia brasileira: Crítica à razão dualista*. Cadernos CEBRAP, n. 2.

SANTOS, Milton. (1996), *A Urbanização Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA/ SBS. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/2017/home.php>. Acesso em 30 de agosto de 2017.

URBANDATA. Disponível em: [http://observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47&Itemid=144&lang=pt#](http://observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=144&lang=pt#). Acesso em 20 de agosto de 2017.

VALLADARES, Lícia; MEDEIROS, Lídia. (2003), Introdução. In: \_\_\_\_\_. “Pensando as Favelas do Rio de Janeiro (1906- 2000). Uma bibliografia analítica”. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará. pp. 9-25.

VERAS, Maura Pardini Bicudo. (2000), *Trocando Olhares*. Uma Introdução à Construção Sociológica da Cidade. São Paulo: Educ Editora da PUC-SP; Studio Nobel Ltda.